



1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
12/06/2018	09:37	13:00	Auditório da Sede do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Indicadores Estratégicos e Metas Nacionais
04	Semana de Sentenças e Baixas
05	Programas Estratégicos – Portfólio
06	Candidaturas de Projetos Estratégicos
07	Solicitações de Mudanças de Projetos
08	Apresentações da situação dos Projetos Estratégicos
09	Deliberações do CGOV (Aprovação da Data da 2ª RAE)
10	Encerramento

3. Comitê de Governança

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Des. Gesivaldo Nascimento Britto	Presidência	
2	Des. Augusto de Lima Bispo	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal	2ª Vice-Presidência	
4	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida Cézar Santos	Corregedoria Geral de Justiça	
5	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Corregedoria das Comarcas do Interior	Ausente
6	Juiz de Direito Humberto Nogueira	Assessoria Especial da Presidência I—Magistrados	
7	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
9	Iramar Viana Martinez de Almeida	Secretaria-Geral da Presidência	
10	Ana Paula do Carmo Barbosa Silva	Secretaria de Administração	
11	Antônio Roque Do Nascimento Neves	Secretaria Judiciária	
12	Pablo Roberto Nascimento Moreira	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Compliance	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Lorena Pimenta Navarro	Gabinete da Presidência	
15	Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza	Controladoria do Judiciário	
16	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
17	João Victor Alves Almeida	Universidade Corporativa	



#### 4. Apresentação da Pauta

##### 1. Abertura

O Presidente do Comitê de Governança do TJBA, Desembargador Gesivaldo Britto deu início à quinta RAE do TJBA e segunda Reunião de Análise Estratégica do ano de 2108. Agradeceu à presença de todos e passou a palavra a Pedro Vivas.

##### 2. Leitura da ATA da RAE anterior

A Secretária-Geral da Presidência – Sra. Iramar Almeida procedeu à leitura da RAE de 26 de março de 2018.

##### 3. Indicadores Estratégicos e Metas Nacionais

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pablo Moreira, iniciou sua apresentação ressaltando a importância da realização da RAE para um melhor acompanhamento da execução da Estratégia do Tribunal. A RAE é uma das ferramentas de controle da estratégia e os resultados são visíveis quando há monitoramento.

Seguiu com a apresentação dos indicadores do PJBA.

Indicador Casos novos: crescimento de 20% do número de casos novos de 2017 para 2018. Desses 20%, 96% ocorrem no 1º Grau. Daí a importância dada pelo TJBA às ações voltadas a esse segmento.

Indicador Processos Baixados: em 2017 o indicador superou bastante o número de 2016. A projeção para 2018 foi feita sob duas hipóteses: com e sem a realização da Semana de Sentenças e Baixas Processuais. Sem a realização da Semana de Sentenças e Baixas o número de Processos Baixados fica 18% menor do que com a realização da Semana de Sentenças Baixas. Ressaltou que a Semana de Sentenças e Baixas corresponde a um mês de produtividade no PJBA.

Indicador Casos Pendentes: estima-se um crescimento de 5,9 a 6% desse indicador em virtude do crescimento do indicador de Casos Novos.

Índice de Produtividade dos Magistrados: para esse indicador também foi feita a projeção considerando a realização da Semana de Sentenças e Baixas e sem a sua realização. Ocorrerá um aumento de 18,5% no Índice de Produtividade com a ocorrência da Semana de Sentenças e Baixas.

Índice de Produtividade dos Servidores: da mesma maneira que o Índice de Produtividade dos Magistrados, este indicador será 18,5% maior após a realização da Semana de Sentenças e Baixas Processuais.

Índice de Atendimento à Demanda: Quantidade de Processos Baixados versus Casos Novos. Quando esse índice é maior que 100% a quantidade de casos pendentes diminui. Sem a realização da Semana de Sentenças e Baixas o índice sai de 127% em 2017 para 97% em 2018. Com a Semana de Sentenças e Baixas o índice fica em 115,3%.

Taxa de Congestionamento: esse índice, quanto maior pior. Em 2016 a taxa foi de 83,9%, em 2017, 70,4%. Em 2018 com a realização da Semana de Sentenças e Baixas o número projetado é de 69,9%. Sem a realização da Semana de Sentenças o número previsto é de 73,3%.

O Secretário considerou que esse número é um bom reflexo para a atual administração, visto que normalmente no primeiro ano de uma nova gestão a Taxa de Congestionamento tende a aumentar. Acrescentou ainda que esse índice tende a diminuir no segundo ano da gestão.

Outro ponto levantado pelo Secretário foi que não temos as informações dos demais Tribunais. O índice de 70% pode ser considerado bom internamente, mas não sabemos como estamos em comparação aos demais Tribunais de Justiça.

Metas Nacionais: Considerando que o Glossário das Metas Nacionais 2018 foi modificado pelo CNJ no final de Maio, os dados estão em processo de validação pelo NEGE.



#### 4. Semana de Sentenças e Baixas

O Secretário informou a alteração do período de realização da Semana de Sentenças e Baixas Processuais conforme Ato Conjunto N° 12, de 30 de Maio de 2018, homologando junto ao CGOV a semana de 23 a 27 de julho como o novo período.

#### 5. Programas Estratégicos – Portfólio

Pedro Vivas apresentou a situação do Portfólio Estratégico com os números de sua execução dos anos de 2017 e 2018.

Hoje, o percentual de execução da Estratégia está em 51,34%. Considerando a média das execuções dos projetos dos 2 anos. O percentual de execução do Portfólio de 2017 está em 95,88%. Para o biênio 2018/2019 o percentual de execução do portfólio de projetos estratégicos é de 9,1%. Considerando que estamos quase findando o primeiro semestre do ano de 2018, podemos considerar que os projetos devem ser acelerados para conseguirmos uma execução mais eficaz.

#### 6. Projetos Estratégicos – Candidaturas

Projetos que serão apresentados ao Comitê de Governança (CGOV) solicitando sua inclusão no portfólio de Projetos Estratégicos do TJBA.

— Implantar a Gestão de Processos, priorizando os finalísticos (SEPLAN) – Projeto retirado de pauta na RAE de 26 de março de 2018, faz parte do Projeto Genoma do Judiciário.

Pedro Vivas apresentou o projeto iniciando com um vídeo elucidativo sobre Processos. Ao término do vídeo, lembrou que a Metodologia de Gestão de Processos é algo consolidado por uma comunidade internacional e que as organizações adaptam suas realidades a essa metodologia.

O projeto proposto pela Seplan visa levar essa metodologia aos processos de trabalho do TJBA, para evitar os problemas cotidianos, melhorar a eficiência desses processos e manter a estrutura funcional organizada; entregando aquilo que ela precisa entregar ao jurisdicionado.

O prazo de implantação do projeto é até junho de 2019. O custo ainda não foi levantado pois ainda precisa de aprovação do CGOV para depois definir as alternativas de escopo.

Apresentou patrocinador, demandantes, gerente de projeto e analistas de processos.

Apresentou alguns processos que já foram mapeados; Em 2017 foram 6 processos e em 2018 já foram mapeados 5 processos. Isso, no entanto, ainda é muito pouco diante da quantidade de processos existentes.

Falou do projeto Genoma da Justiça, que é uma cooperação entre alguns Tribunais visando mapear processos que podem ser mapeados em conjunto entre todos os Tribunais.

Mariana Larangeira questionou se a Diretoria de Primeiro Grau integrará esse projeto, pois já são realizados alguns mapeamentos em sua unidade. Pedro Vivas afirmou a participação de todas as unidades do TJBA, inclusive a sugestão de que a DPG seja a demandante do Projeto.

Pedro Vivas colocou em votação a inclusão do projeto no portfólio, que foi acatado por unanimidade pelo CGOV.

— Plantão Integrado Virtual (CGJ).

Dr. Moacyr Pitta Lima iniciou sua apresentação com o objetivo do projeto que é unificar os plantões de 1º grau numa unidade integrada. Informou a situação atual do Plantão: a cada dia temos 26 juizes de plantão no Estado, aproximadamente 18 servidores no plantão da Capital e no interior é designado 1 servidor para cada uma das outras 25 regiões. Portanto, sem contar com os oficiais de justiça são mais de 40 servidores. O custo de 26 juizes e quase 40 servidores para uma demanda baixa é muito elevado. A proposta é ter uma unidade na capital que cuide de toda a deman-

*[Handwritten signatures and initials]*



da. Alocando-se como exemplo, 5 juízes, a demanda seria de 4 processos por juiz por mês. Dessa maneira, "Implantar Novo Plantão Único e que de forma virtual atenderá a toda Bahia sendo as demandas processadas por um núcleo central instalado na Capital e que dará suporte remoto a todos os plantonistas."

A Secretária Leila Lima questionou se o projeto abrange as duas Corregedorias. Dr. Moacyr Pitta respondeu de forma afirmativa.

Dr. Moacyr Pitta Colocou o projeto em votação que foi aprovado por unanimidade.

Dr. Moacyr prosseguiu acrescentando que foram criados 2 grupos de trabalho para a execução dos dois projetos da CGJ, incluindo OAB, Ministério Público, Defensoria Pública, SSP entre outros órgãos.

— Coordenação de Cumprimento de Mandados

Iniciou lembrando que já foram feitas diversas iniciativas para essa implantação, a mais recente de 2012. No provimento desta data constava que todos os oficiais de justiça de Salvador, exceto o Juizado Especial, (o novo projeto contempla o Juizado Especial) todos seriam colocados iniciando com as Criminais e Fazenda Pública. Essa iniciativa não prosseguiu, permanecendo em 20% de execução. O CNJ fez diversas demandas com relação a este tema. O projeto será retomado, inclusive com criação de sistema próprio. A ideia é concentrar os oficiais de justiça em uma Central, o serviço possa ser otimizado. O prazo de entrega previsto para este projeto é de um ano, diferentemente do projeto anterior que pode ser entregue em 1º de setembro.

Dr. Paulo Chenaud fez uma solicitação de revisão da estatística de cumprimento dos prazos dos mandados, pois a Coordenação de Juizados Especiais já possui uma Central de Mandados que cumpre os prazos rigorosamente e os demais mandados ainda estão aquém da expectativa de cumprimento dos prazos. Demonstrou preocupação com relação a esse tema quando ocorrer a unificação.

Dr. Moacyr Pitta concordou que a Central de Mandados da COJE funciona muito bem e que a unificação não prejudicará seu pleno andamento.

A Corregedora Geral de Justiça, Desembargadora Lisbete César Santos, também reafirmou que os serviços não serão prejudicados, além de ressaltar que o Poder Judiciário necessita trabalhar de forma unificada.

O Presidente do CGOV, Desembargador Gesivaldo Britto, corroborou com a opinião da Corregedora Geral.

Dr. Paulo Chenaud esclareceu ser a favor do projeto, mas que sua preocupação consiste apenas no gerenciamento dos dados, em virtude dos diversos sistemas existentes no PJBA.

A Desembargadora Lisbete César Santos afirmou que a SETIM já está providenciando o estudo para que o sistema consiga atender a demanda do Projeto.

O Presidente Desembargador Gesivaldo Britto reforçou a importância da Justiça una, elogiou o trabalho realizado pela COJE, sob a Coordenação de Dr. Paulo Chenaud. Este por sua vez, agradeceu e registrou ser totalmente a favor da implantação da Coordenação de Cumprimento de Mandados e declarou-se pronto a colaborar.

Dr. Moacyr Pitta encerrou a apresentação. Pedro Vivas colocou para votação do CGOV, que aprovou por unanimidade.

— Projeto Você tem medo de quê?

A Dra. Andréa Paula Miranda apresentou-se como a juíza designada pela Corregedora Geral como responsável pelas Varas Criminais, incluindo a Justiça pela Paz em Casa.

Explicou que o projeto consiste na "implantação de Protocolo de Investigação, processo e julgamento para casos de feminicídio com vista a punir adequadamente os responsáveis pelas mortes por razões de gênero."

Dra. Andréa Miranda explanou sobre a atual situação dos casos de feminicídio no Brasil e na Bahia. O Estado da Bahia é o segundo com mais casos de feminicídio no Brasil, estando atrás apenas de São Paulo. Isso enfatiza a necessidade de uma atenção maior para esse caso.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



A questão da violência contra a mulher por questão de gênero é meta do CNJ, compondo a meta número 8. O Projeto proposto atende a essa meta.

Em 2016 o escritório da ONU no Brasil produziu um documento denominado Diretrizes Gerais do Femicídio, um documento dirigido ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e às Instituições de Segurança Pública, e orienta os juízes para ter uma ação mais eficiente nesse tipo de processo desde a época de sua investigação.

O projeto proposto é alinhado com o protocolo da ONU e também com o CNJ. Incluirá a capacitação de magistrados e de servidores, realização de Simpósios para Sensibilização de Atores da Área, Jurimetria (dados estatísticos) serão utilizados para melhorar a estratégia de atuação. Além do lançamento da campanha: Você tem medo de quê? Que mostrará as situações de vulnerabilidade e de risco das mulheres.

Foi exibido um vídeo e Dra. Andréa Miranda e reforçou a necessidade da implantação do protocolo internacional.

O projeto foi colocado em votação para ser parte do Portfólio de Projetos Estratégicos do PJBA.

## 7. Solicitações de Mudanças

### — Implantação da Central de Cálculos

Cristiane Nascimento, representante da Corregedoria Geral de Justiça, lembrou a origem do projeto. A Coordenação dos Juizados Especiais havia proposto implantar uma Central de Cálculos e a Corregedoria propôs a iniciativa de desenvolvimento de um Sistema de Cálculos. Na RAE anterior ficou aprovado a unificação dos projetos e a responsabilidade por sua gerência a cargo da Corregedoria Geral.

Com o início do planejamento e execução do projeto, a CGJ verificou em conjunto com a COSIS que implantar uma Central de Cálculos seria mais dispendioso para o TJBA, por requerer espaço físico e pessoal especializado.

A CGJ já iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Cálculos que, depois de uma pesquisa em diversos Tribunais do Brasil, foi considerada a melhor solução para unificar os serviços. O sistema que está sendo utilizado é o Projef (TJRS). O desenvolvimento do sistema está sendo feito também com o auxílio de três calculistas da COJE.

A solicitação da CGJ é que o nome do projeto seja alterado para Implantação do Sistema de Cálculos e não de Central de Cálculos Judiciais.

O Presidente Des. Gesivaldo Britto considerou que uma Central de Cálculos daria mais credibilidade e segurança aos processos. Demonstrou sua preocupação caso seja implantado um Sistema em vez de um Setor de Cálculos.

Cristiane Nascimento esclareceu que haverá uma pessoa responsável pela credibilidade dos cálculos. Explicou que hoje as ferramentas que existem não fornecem segurança aos que executam os cálculos. No entanto, o novo sistema terá suporte e validação de um calculista. Colocou em votação apenas a alteração do nome de Central de Cálculos para Sistema de Cálculos, ressaltando que haverá o acompanhamento e fiscalização do sistema por um calculista.

A solicitação de mudança de escopo e de nome foi aprovada por unanimidade.

### — Instalação dos Cartórios Regionais Virtuais

A solicitação de mudança foi defendida pela Diretora do Primeiro Grau, Mariana Lorangeira. Uma das primeiras justificativas para a alteração é que ainda não há o Pje Criminal, que impede a digitalização do acervo criminal. O conceito de cartório Regional requer a digitalização de todo o acervo. Outro fator que seria considerado para a implantação do Cartório Regional seria a lotação dos servidores das comarcas desativadas nessa unidade. Porém, com a ocorrência dos aproveitamentos essa possibilidade foi descartada. A proposta é fazer um projeto-piloto em Salvador, onde boa parte do acervo já está digitalizado e, mesmo não estando localizado em outras comarcas, poderá atuar nos processos digitais de todo o Estado. A proposta de alteração recai apenas sobre o nome do projeto, pois o Cartório não será Regional – ficará em Salvador – mas poderá atuar de forma a abranger todo o Estado. O nome do projeto passa de “Instalação dos Cartórios Regionais Virtuais” para “Instalação dos Cartórios Virtuais”.



Com relação ao andamento desse projeto, os equipamentos necessários já foram instalados e já houve nomeação de 4 servidores que já estão sendo treinados para que façam o saneamento a distância.

Pedro Vivas colocou a alteração em votação que foi aprovada por unanimidade.

## 8. Apresentações da situação dos Projetos Estratégicos

### — Implantação da Queixa Cidadão (COJE)

Dr. Paulo Chenaud fez uma breve introdução acerca do projeto, mencionando que trata-se de iniciativa que tem como objetivo oferecer uma prestação jurisdicional àqueles que não possuem condições de contratar advogado, através do SAJ (Serviço de Atendimento Judiciário) – localizados dos SAC's (Serviço de Atendimento ao Cidadão) do Governo do Estado. Atualmente a demanda do SAJ é muito alta e o cidadão precisa agendar e aguardar o atendimento. O projeto que será apresentado tem como objetivo dar acesso ao cidadão a fazer sua queixa inicial sem que seja necessário dirigir-se ao SAJ.

O servidor Cláudio Lemos apresentou a situação do projeto. Por ser um desenvolvimento de sistema, requer uma maior dedicação à fase de Planejamento. Ainda estão sendo definidos os pontos de função. Já há o fluxo do processo e um desenho do que será o aplicativo. Explicou brevemente como será a utilização da ferramenta.

Dr. Paulo Chenaud reforçou a importância da implantação do projeto e lembrou que inicialmente tratará de questões mais simples como queixas sobre prestação de serviço de energia elétrica, abastecimento de água ou execuções de cheques.

### — Cejusc Itinerante

Dra. Rita Ramos fez uma breve introdução e passou a palavra ao servidor Sílvio Maia que lembrou o objetivo do projeto é levar o CEJUSC aos locais onde não existe o serviço de mediação. O projeto está na fase de reforma do ônibus, definição de layout e logotipo, plotagem. A equipe já foi definida, não sendo necessária alocação adicional de servidores.

### — Implantação de Sistema Único de Processo Judicial Eletrônico

Dr. Raimundo Braga ressaltou a conjugação de esforços da SETIM, AEP II, SEJUD e a importância da instituição do grupo de trabalho voltado para as ações objetivando a unificação dos sistemas.

Algumas decisões do grupo já foram tomadas tais como: concluir a implantação do Pje no segundo grau, que está tratando de precatórios e em fase de conclusão. Lembrou que hoje metade dos processos que entram no TJBA estão no Pje. A meta agora é implantar o Pje no primeiro grau.

Para isso depende-se de uma ferramenta chamada migrador. Servirá para migrar um processo SAJ para o Pje.

Algumas demandas do CNJ tiveram que ser atendidas de imediato pelo grupo de trabalho, tais como implantar o Pje nas comarcas de Eunápolis, Barreiras e Amargosa. A DPG está no grupo de trabalho e fará a parte de negócio e unificará os fluxos de trabalho para o primeiro grau. Quanto ao trabalho da Setim, hoje o projeto está na fase de definição da quantidade necessária de desenvolvedores para ganhar velocidade na implantação do Pje.

Os custos estão lançados no Sistema de Gestão e Projetos.

O Presidente Gesivaldo Britto reafirmou a implantação do Pje confirmando as próximas fases com o secretário Leandro Sady. O Presidente lembrou ainda a priorização da implantação desse sistema e que seja evitada a utilização de pessoal para desenvolvimento de outros sistemas que sejam solicitados pelas Unidades do PJBA.

Leandro Sady confirmou os esforços dispendidos pela Setim para que o Pje seja implantado de maneira mais rápida e eficiente.



#### — Aperfeiçoamento do TJBA Virtual

A Diretora Mariana Larangeira iniciou a apresentação lembrando da importância da virtualização dos processos além mesmo para a implantação do Pje. O fluxo de trabalho foi reformulado, verificação do acervo restante e constatação que ainda existem 1 milhão de processos pendentes de digitalização no Estado da Bahia. Foi feita reestruturação dos NUREDIS. Foi iniciada a formulação do termo de referência para licitação de contratação da empresa responsável pela digitalização do acervo. Processos foram indexados, equipe voltará a trabalhar de forma completa, pois parte dela havia sido direcionada para o BNMP. A Diretora de Primeiro Grau finalizou sua apresentação afirmando que nos primeiros 100 dias de gestão as atividades foram relacionadas ao conhecimento da situação atual do TJBA virtual e aos ajustes feitos conforme seu relato.

#### — Transformação Digital com uso de Novas Tecnologias

O secretário Leandro Sady apresentou o projeto da Setim como sendo na realidade um programa, pois abrange diversos projetos. Um deles está sendo desenvolvido em conjunto com a SEGESP (Secretaria de Gestão de Pessoas) desenvolvendo um assistente virtual que atenderá ao público interno, possibilitando aos servidores da Secretaria dedicar mais tempo a outras demandas. Destacou que o Projeto de Transformação Digital é um projeto que além de uma entrega, também representará uma mudança de cultura no PJBA, pois, além de trazer novas tecnologias para o Tribunal, trará novos conceitos. Citou os diversos exemplos já executados pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

#### — Sistema de Gestão da Qualidade no Plantão Judiciário do 2º Grau

Apresentado por Jefferson Santos, o projeto está em pleno andamento, considerando que já havia a experiência da implantação no SECOMGE, a estrutura já estava preparada para execução no Plantão do 2º Grau. O projeto está com 50% de execução. Exibiu alguns documentos que já foram elaborados no Setor e explicou que estão prestes a concluir as Instruções de Trabalho, seguidas de treinamento, auditoria interna e externa. Agradeceu ao apoio e suporte da 1ª Vice-Presidência e encerrou sua apresentação.

Dr. Raimundo Braga ressaltou a importância da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no PJBA, pois além da certificação há a mudança de mentalidade dos servidores.

#### — Institucionalização da Instrutoria Interna

O projeto foi apresentado pela juíza responsável pela AEP II e consequentemente pela UNICORP, conforme Regimento Interno: Dra. Rita Ramos. Relatou o histórico da elaboração do projeto, informando o contato com a ENFAM e a importância de colocar a UNICORP em contato direto com a Escola. O TJBA possui um cadastro, ainda preliminar, de formadores. Informou que o Tribunal já possui diversos servidores capazes de ministrar treinamentos. O projeto enfoca a regularização desses formadores, inclusive propiciando que os servidores que ministrem treinamentos sejam remunerados por isso em contracheque. Enfatizou que a UNICORP tem orçamento próprio e pode elaborar norma que regule esse procedimento. Dessa maneira o primeiro passo do projeto será elaborar projeto de lei, apresentar ao Pleno que deliberará junto à Assembleia Legislativa. Ainda estão sendo definidas as formas de remuneração.

O Presidente do CGOV enfatizou a importância do papel da Unicorp na capacitação dos servidores, principalmente na atividade-fim, aproveitando o conhecimento dos servidores que atuarão como formadores.

#### — Consolidação e Expansão do Núcleo Extrajudicial

Projeto apresentado por Cristiane Nascimento. Tendo como Gerente de Projeto Lina Santos e patrocinadora a Desembargadora Lisbete César Santos.

O projeto fundamentou-se na necessidade da implantação de 20 metas do CNJ para a atividade Extrajudicial que devem ser cumpridas até junho de 2018. A consolidação e expansão do Núcleo está permitindo o cumprimento dessas metas. Uma das primeiras ações está relacionada à capacitação de servidores, fato que coaduna com a proposta da Unicorp já apresentada por Dra. Rita Ramos, bem como com o pensamento da Presidência do TJBA. Cristiane elogiou o posicionamento da Presidência com relação à valorização dos servidores no que diz respeito à disseminação do conhecimento através da Unicorp. O objetivo dos treinamentos é unificar a linguagem junto aos Extrajudiciais para que tenha como consequência a redução da evasão de receita. A arrecadação junto aos delegatários está sendo acompanhada pela Controladoria, bem como pela Diretoria Financeira. Revisão da tabela de emolumentos de maneira a qualificar



melhor os valores e serviços. Com essas providências o TJBA está cumprindo com a Meta 2 e Meta 5 do CNJ. Já foi implantado o selo digital e o QRCode, além do Portal do Extrajudicial com todas as informações relacionadas aos serviços notários e extrajudiciais. Exibiu o projeto na ferramenta SGP e encerrou sua apresentação.

— Implantação de Unidade de acompanhamento de gestão

A Controladora, Fernanda Dantas, apresentou o projeto relembando seus objetivos já mencionados na 1ª RAE de 2018. Com relação ao andamento do projeto, relatou a visita feita ao TCE, que manifestou apoio ao TJBA no que for necessário à implantação do Controle Interno. Citou alguns exemplos de como estava a situação, as inconsistências que já foram detectadas e as providências que já estão sendo tomadas. Temas como licitações e contratos de obras estão sendo avaliados e reestruturados.

— Programa de Construção e Modernização das Instalações Físicas do PJBA

A Secretária Ana Paula Carmo solicitou que a Diretora de Obras apresentasse o projeto de construção do Anexo II.

A Diretora iniciou sua apresentação enfatizando o objetivo da construção do Anexo que é suprir a necessidade de espaço físico no TJBA. Tanto em salas como em vagas de estacionamento.

Falou das inovações que a obra trará, tanto em novas tecnologias de engenharia como conceitos de sustentabilidade. Nessa obra também serão aplicados todos os novos conceitos de Controle Interno já apresentados pela Controladora-chefe. Ressaltou que a execução desse projeto está sendo feita de forma bastante criteriosa tendo em vista o grande valor que nele está sendo investido. Antes de finalizar, a Secretária Ana Paula Carmo acrescentou que quando o novo estacionamento estiver sendo construído, serão disponibilizadas 450 vagas no Estádio de Pituaçu, além do transporte para o TJBA.

— Modernização do Sistema de Arrecadação

A Secretária relembrou o objetivo do projeto e quanto ao seu andamento informou que, devido às demandas da Setim, o início está previsto para junho de 2018 e o término em dezembro do mesmo ano. Apresentou o projeto na ferramenta SGP e solicitou que o Secretário da SETIM, Leandro Sady, falasse sobre a dimensão técnica do projeto. O Secretário relatou que com a primeira entrega do projeto até setembro os Dajes já serão únicos e não haverá mais a possibilidade de serem reutilizados. Já poderão ser rastreados e vinculados aos processos. A segunda entrega está mais voltada para a parte gerencial do sistema como emissão de relatórios por exemplo. Ressaltou a importância do envolvimento da área de negócios para homologar o sistema. Ele reafirmou que a data provável de entrega do primeiro pacote é em setembro de 2018.

— SEAD Vai Até Você

A Secretária da SEAD apresentou os indicadores do projeto na ferramenta SGP. O projeto está com 50% executado e a última visita está prevista para janeiro de 2019. Foram visitadas 17 comarcas e dentre esses fóruns também foram visitados os juizados especiais. Apresentou os números de solicitações feitas e atendidas pela Secretaria. Informou que o projeto ficará suspenso por um breve período, em virtude de necessitar que a equipe providencie o atendimento de algumas demandas que dependem de licitação.

— Implementação do Sistema de Segurança e Controle de Acesso

A Secretária Ana Paula Carmo anunciou o projeto lembrando que é uma parceria entre SEAD e GSI, passando a palavra ao Coronel Lemos que apresentou a estrutura do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e dentre suas unidades possui a pasta de projetos que está sob a responsabilidade do Tenente Tedesqui.

O Tenente Tedesqui apresentou-se e relatou o andamento do projeto. A fase de planejamento foi finalizada. Na fase de execução as entregas serão: Plano de Chamadas do GSI; Plano de Evacuação do TJBA; Capacitação dos agentes de portaria; instalação de concertinas; instalação de botão de pânico; sensor de presença e alarme; controle de acesso por biometria; catracas, cancelas, detectores de metal portáteis e portais, fechadura por acionamento biométrico e blindagem de veículos. Finalizou sua apresentação e a Secretária complementou com a informação sobre o envio de ofício para regularização dos procedimentos de segurança do Tribunal.



8



O Coronel Lemos acrescentou que algumas medidas já estão sendo tomadas, tais como fechamento do portão lateral nos fins de semana. Cartão de visitante para acesso nas catracas do átrio. O fluxo de pessoas visitantes é de 400 pessoas por dia. Também está sendo feito o cadastramento de todos os vendedores como Visitante Habitual. O estacionamento será redimensionado e já está sendo estudada a melhor maneira de viabilizá-lo.

O presidente Gesivaldo Britto parabenizou o trabalho executado pelo GSI. Com relação ao projeto "Sead vai até você" o Presidente informou que o projeto será suspenso também para que o custo com diárias seja reduzido.

— Solicitação de mudança projeto Modernização das Instalações.

O projeto que abrangeria 3 obras, quais sejam: Anexo II, Fórum de Ilhéus e Fórum de Conceição do Coité passará a abranger apenas Anexo II e Fórum de Conceição do Coité. O Fórum de Ilhéus não será construído em virtude do terreno que foi doado ao TJBA ser APA (Área de Proteção Ambiental) – a Presidência cancelou sua licitação. O Fórum de Conceição do Coité está dependendo da regularização do terreno.

— Implantação do social

A Secretária Leila Lima apresentou o andamento do projeto. Lembrou a obrigatoriedade da implantação do projeto e sua complexidade por envolver praticamente todas as unidades do TJBA. São 270 tarefas e dessas 34 já foram executadas. Uma delas é a cartilha de qualificação, manual de cadastramento, folheto informativo dentre outros. Dados fictícios de eventos teste já foram enviados no sistema do eSocial. Os testes com dados reais serão feitos a partir de agosto de 2018. Agradeceu a todos e finalizou.

— Implantação do Programa de Governança Colaborativa em Execuções Fiscais

A Diretora Mariana Larangeira apresentou o projeto ressaltando o foco em arrecadação. Foi implantado um grupo de assessores para tratar de assuntos de Bacenjud. O Projeto será levado a 10 comarcas do interior do estado. Será feito tratamento, redistribuição e desjudicialização do acervo. A Diretora encerrou sua apresentação afirmando o bom andamento do projeto.

— Sistema de Gestão de Compliance

Cristina Cunha da Seplan apresentou o andamento do projeto informando a alteração do patrocinador, o que acarretou uma reavaliação das atividades. Primeiro será necessário fazer um levantamento de riscos institucionais. Após essa etapa, ao identificar as áreas mais críticas, será feita a implantação das ações de Compliance.

## 09. Deliberações do CGOV (Aprovação da Data da 3ª RAE de 2018)

A data sugerida foi dia 21/08/2018 e o CGOV aprovou a sugestão.

## 10. Encerramento

O Presidente do CGOV, Desembargador Gesivaldo Britto, agradeceu a participação de todas as unidades, desejando êxito na realização de seus projetos, encerrando o evento às 13:00.

